

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.
Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor
CGASS
ATA DA 6º REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e nove, na sala de reunião da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, no sétimo andar do Bloco C, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, realizou-se a sexta reunião do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor, para tratar da seguinte pauta: Aprovação da ata da 5ª reunião; Leitura e discussão da proposta de Norma sobre as Organizações de Saúde por Local de Trabalho – OLT/Saúde; Informes gerais. Estavam presentes os seguintes membros: Sérgio Antonio Martins Carneiro – Coordenador, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Somaia Gasel Khodr Bundchen – Titular representante do Ministério da Fazenda; Ivanildo Tarja Franzoisi – Titular, representante da Casa Civil; Antonio Leonel da Silva Cunha – Titular, representante do Ministério da Educação. Às quinze horas e vinte minutos o Coordenador abriu a reunião e em seguida foi informado pelo secretário Sálvio Botelho que as representantes do Ministério da Saúde justificaram sua ausência. Em seguida passou a leitura da ata da quinta reunião. Lida a ata foi aberta à discussão. Ivanildo interveio dizendo que ao ler a ata da reunião anterior, verificou que houve uma preocupação excessiva com as conseqüências das medidas em relação aos adicionais, ponderou que os membros do comitê devem trabalhar tecnicamente e não ficarem muito preocupados em melindrar alguma pessoa e sim buscar uma solução para as questões. Ivanildo indagou ainda sobre a informação que o adoecimento mental vem crescendo muito. Sérgio informou que a Administração Pública Federal dispõe de poucos registros e informações sobre o adoecimento mental dos servidores. Somaia perguntou se no exame periódico é possível levantar algumas informações sobre saúde mental. Sérgio informou que os dados ficarão mais consistentes quando tiverem os três módulos do SIAPE-SAUDE implantados: perícia, exame médico periódico e relatórios ambientais. Informou que o grupo de trabalho de adicionais ocupacionais já se reuniu duas vezes e que se encontra em discussão uma tabela que definirá a concessão dos adicionais de acordo com a função e atividade que o servidor desenvolve assim como os casos que precisam do laudo ambiental em função de condicionantes físicos, químicos, biológicos e ambientais, definindo quem não tem direito aos adicionais. Com essas informações será definida uma orientação normativa padronizando todos os procedimentos relativos a concessão dos adicionais ocupacionais. Em seguida passou-se ao outro ponto de pauta relativo a leitura da norma de organização da saúde por local de trabalho (OLT/SAÚDE). Leonel iniciou a leitura e em seguida foi acordado entre os membros que a leitura seria individual. Terminado a leitura, Sérgio informou que o texto da norma foi baseado no modelo da Prefeitura de São Paulo. Ivanildo fez uma observação no item “II”, do artigo segundo, questionando se não iria conflitar com as três formas de concessão de adicionais. Somália acha que se a instituição não for obrigada a instituir a organização da saúde por local de trabalho, pode acontecer que alguma não institua achando que estará criando mais um problema. Ivanildo acha que não deve obrigar, e sim procurar um mecanismo que garanta a sua implantação. Foi sugerido que se estude algum estímulo para que os órgãos tenham interesse em criar a sua organização da saúde por local de trabalho. Sérgio sugeriu que somente os órgãos que possuírem OLT/SAÚDE, poderiam contar com a rubrica de fomento as ações de atenção à

saúde do servidor. Antonio Leonel sugeriu que se quantifique os prejuízos de quem não aderir a OLT/SAÚDE. Sérgio propôs que os membros amadurecessem a discussão enquanto ele conversa com a Secretária de Orçamento e Finanças na busca de algum mecanismo neste sentido. Solicitou que todos os membros estejam presentes na reunião de quatro de dezembro para que se conclua a tabela dos adicionais e a norma de organização da saúde por local de trabalho. Por fim, a palavra foi concedida àqueles que dela quisessem fazer uso e, não existindo manifestações, o Coordenador encerrou a reunião, que foi lavrada na presente ata, lido este instrumento assinam. Brasília, 06 de novembro de 2009. XXXXXXXX

Sérgio Antonio Martins Carneiro – Coordenador/MPOG

Ivanildo Tarja Franzosi – Titular/Casa Civil

Somaia Gasel Khodr Bundchen – Titular/MF

Antonio Leonel da Silva Cunha – Titular/ME